



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

LUCIANA MATTA DE ANDRADE E SILVA

**EDUCAÇÃO PARA DEMOCRACIA: A EXPERIÊNCIA DO
PROGRAMA ESTÁGIO-VISITA DE CURTA DURAÇÃO DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS NO ANO DE 2015**

Brasília
2016

LUCIANA MATTA DE ANDRADE E SILVA

**EDUCAÇÃO PARA DEMOCRACIA: A EXPERIÊNCIA DO
PROGRAMA ESTÁGIO-VISITA DE CURTA DURAÇÃO DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS NO ANO DE 2015**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública

Orientador: Profa. Dra. Siegrid Guilamon

Brasília
2016

LUCIANA MATTA DE ANDRADE E SILVA

**EDUCAÇÃO PARA DEMOCRACIA: A EXPERIÊNCIA DO
PROGRAMA ESTÁGIO-VISITA DE CURTA DURAÇÃO DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS NO ANO DE 2015**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão
Pública

Orientador: Profa. Dra. Siegrid Guilamon

Brasília, 02 de setembro de 2016.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Siegrid Guillaumon Dechandt

Profa. Dra. Ida Claudia Pessoa Brasil

Profa. Dra. Tania Cristina da Silva Cruz

AGRADECIMENTO(S)

Agradeço ao Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor) pelo apoio e incentivo à conclusão desta pós-graduação.

Agradeço, em especial, aos colegas da Coordenação de Educação para a Democracia do Cefor, por ter gentilmente cedido o material usado para análise no presente trabalho.

***“O pior analfabeto é o analfabeto político.
Ele não ouve, não fala, nem participa dos
acontecimentos políticos.
Ele não sabe que o custo de vida, o preço do
feijão, do peixe, da farinha,
do aluguel, do sapato e do remédio dependem das
decisões políticas.
O analfabeto político é tão burro que se orgulha e
estufa o peito
dizendo que odeia a política.”***

Bertold Brecht

RESUMO

Analisa os possíveis efeitos gerados pelo Programa Estágio-Visita de Curta Duração da Câmara dos Deputados nos participantes de 2015. O Estágio-Visita é uma das iniciativas do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados com o intuito de educar a sociedade quanto ao papel do Poder Legislativo, quanto aos procedimentos do processo legislativo e, principalmente, quanto aos conhecimentos, práticas e valores necessários para a vida em uma sociedade democrática, caracterizando a denominada educação para a democracia. A partir de pesquisa documental, descreve a história do programa, bem como seus objetivos, público-alvo e forma de ingresso, conteúdo e metodologias. Ademais, descreve o perfil dos participantes das edições de 2015 e, por fim, analisa os efeitos do programa sobre eles, a partir da análise das avaliações feitas pelos egressos. Conclui-se que a experiência de participação no Estágio-Visita propiciou a percepção de aprendizagem significativa e despertou o interesse na participação política naqueles que participaram das edições do ano de 2015.

Palavras-chave: Democracia. Educação para democracia. Letramento político. Estágio-Visita.

ABSTRACT

Analyzes the possible effects generated by Visit Internship Program Short Term of the Chamber of Deputies in 2015. The Visit Internship is organized by the Center for Qualification, Training and Improvement of the Chamber of Deputies in order to educate society as the role of the legislature, as the procedures of the legislative process, and especially about the knowledge, practices and values necessary for life in a democratic society, characterizing the so-called education for democracy. From documentary research, describes the history of the program and its objectives, target audience and form of entry, content and methodologies. In addition, it describes the profile of the participants of the 2015 editions and, finally, examines the effects of the program on them, from the analysis of the evaluations made by the students. We conclude that the participation of experience in Visit Internship led to the perception of meaningful learning and aroused interest in political participation in those who participated in the editions of 2015.

Key words: Democracy. Education for democracy. Political literacy. Visit Internship

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 EDUCAÇÃO PARA DEMOCRACIA	11
2.1 O conceito de educação para a democracia na literatura	12
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	15
4 A EXPERIÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	18
4.1 O Programa Estágio-Visita de Curta Duração	19
4.1.1 <i>Concepção histórica</i>	19
4.1.2 <i>Objetivos do programa</i>	21
4.1.3 <i>Público-Alvo e forma de ingresso dos participantes</i>	22
4.1.4 <i>Conteúdo e metodologias empregados</i>	23
4.1.5 <i>Perfil dos participantes em 2015</i>	26
5 PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES DAS EDIÇÕES DE 2015 SOBRE OS EFEITOS DO PROGRAMA	32
5.1 <i>Avaliação quantitativa</i>	33
5.2 <i>Avaliação qualitativa (comentários)</i>	35
6 CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	41
ANEXO A Programação Estágio-Visita/Outubro 2015	43

INTRODUÇÃO

Em uma nova visão do papel do Legislativo brasileiro, as Casas Legislativas em todos os níveis da federação, através de seus centros de formação, vêm desenvolvendo cada vez mais ações com o intuito de educar a sociedade quanto ao papel do Poder Legislativo no âmbito do Estado brasileiro, quanto aos ritos e procedimentos do processo legislativo e, principalmente, quanto aos conhecimentos, práticas e valores necessários para a vida em uma sociedade democrática, fortalecendo o regime democrático e o próprio Parlamento.

Apesar do entendimento sobre a importância da educação para a democracia e da legitimação do Legislativo como indutor desse processo educativo, as ações desenvolvidas na Câmara dos Deputados com esse objetivo ainda podem ser consideradas recentes. Dessa forma, ainda são poucos os estudos que avaliam os efeitos gerados por essas ações de educação para a democracia naqueles que delas participam.

Em 2008, foi criada a Coordenação de Educação para a Democracia (Coede) do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) com o objetivo de sistematizar as ações de educação para a democracia na Câmara dos Deputados, dando foco e atenção especial a esse papel tão importante das Casas Legislativas. A coordenação é responsável pelo planejamento e execução de diversas atividades voltadas para a sociedade, em especial para os jovens.

Devido à necessidade de delimitação do objeto do presente estudo, diante de diversas iniciativas da coordenação em questão, optou-se por escolher o Programa Estágio-Visita de Curta Duração e o foco da análise se deu sob as edições realizadas no ano de 2015. Sendo assim, a intenção da pesquisa é responder a seguinte pergunta: quais são os possíveis efeitos gerados pelo Programa Estágio-Visita de Curta Duração da Câmara dos Deputados nos participantes das edições de 2015?

Para tanto, foram traçados os objetivos do presente estudo. Como objetivo geral, demonstrar os possíveis efeitos gerados pelo Programa Estágio-Visita nos participantes de 2015 e como objetivos específicos, apresentar o programa e seus objetivos; descrever o público-alvo e a forma de ingresso dos participantes;

descrever os conteúdos e a metodologia aplicados; descrever o perfil dos participantes de 2015 e demonstrar a percepção dos próprios participantes sobre os efeitos do programa.

A fim de possibilitar o alcance dos objetivos propostos, foi feita uma análise documental/descritiva dos planejamentos instrucionais e relatórios internos da Coordenação de Educação para a Democracia e, principalmente, uma análise quantitativa e qualitativa das avaliações do programa realizadas pelos participantes, extraídas de uma base de dados da coordenação em questão.

O presente trabalho foi então estruturado em 6 capítulos, incluindo a introdução e a conclusão. No segundo capítulo, apresenta-se o tema Educação para Democracia, compreendendo seu contexto a partir da revisão da bibliografia sobre o assunto. O terceiro capítulo apresenta, de forma mais detalhada, os aspectos metodológicos aplicados na pesquisa.

O quarto capítulo descreve a educação para a democracia no contexto da Câmara dos Deputados e proporciona uma descrição detalhada sobre o programa Estágio-Visita, contendo a descrição de seus objetivos, do público-alvo, da forma de ingresso dos participantes, do conteúdo e metodologias empregados e, por fim, do perfil dos participantes das edições do ano de 2015. O quinto e último capítulo traz a percepção dos próprios participantes acerca da realização do programa, a partir da análise das avaliações feitas por eles ao final de cada edição.

Do ponto de vista social, a relevância do tema consiste na aplicabilidade das ações de educação para a democracia como importante mecanismo de fortalecimento do regime democrático em nossa sociedade. Do ponto de vista acadêmico, pode ajudar no debate sobre o desenvolvimento de ações e programas com esse objetivo no âmbito das Casas Legislativas.

2 EDUCAÇÃO PARA DEMOCRACIA

Educação para a democracia é um dos termos usados para definir o processo de educação da população para a vida numa sociedade democrática, proporcionando mecanismos de exercício efetivo da democracia, como a participação e controle social. Benevides (1996) afirma que a educação para a democracia abarca duas dimensões: uma de formação de valores (republicanos e democráticos) e outra de formação de tomada de decisões políticas em todos os níveis. Em relação à última dimensão, a autora ensina que numa sociedade democrática, ninguém nasce governante ou governado, mas pode se tornar um e outro ao longo da vida, necessitando, portanto, de saber tomar decisões no âmbito da política.

Ademais, a autora destaca que existem três elementos considerados indispensáveis para o processo de educação para a democracia: a formação intelectual e a informação (conhecimento clássico, adquirido nas escolas), a educação moral (consciência ética) e a educação do comportamento (tolerância com as diferenças, cooperação ativa, subordinação do interesse individual ao bem comum).

Outro termo muito usado pelos estudiosos do tema é letramento político. Na definição de Cosson (2008), referência sobre o assunto, letramento político consiste na apropriação de conhecimentos, práticas e valores que ajudam a manter e aprimorar a democracia. Em um de seus textos, o autor traz o entendimento de Crick sobre a definição de letramento político ao propor a criação de uma disciplina para o ensino da democracia nas escolas inglesas: “não apenas o conhecimento das instituições e ideias políticas e sociais, mas também as habilidades, os valores e atitudes que são necessárias para a prática da boa cidadania na vida adulta” (CRICK apud COSSON, 2010, p.51).

A despeito da definição sobre o tema, importante mencionar sua relevância para a consolidação do regime democrático. Pitkin (1967) ressalta que é justamente o caráter educativo das instituições democráticas que fortalece e estabiliza o próprio regime, uma vez que os cidadãos precisam ser educados para exercitarem a democracia. É o mesmo entendimento de Benevides (1996) ao afirmar

que a oferta de conhecimentos e valores sobre democracia e cidadania, bem como sobre o funcionamento e papel do legislativo, fortalece a sociedade perante o Estado e suas próprias instituições.

As Casas legislativas, além de suas funções típicas de legislar e fiscalizar, têm como uma de suas funções primordiais a defesa e promoção da democracia, uma vez que quanto mais consolidada for a democracia em uma sociedade, mais forte será o seu Parlamento. Sendo assim, o Legislativo, em qualquer nível de governo (municipal, estadual e federal), tem a legitimidade e a crescente necessidade de promover a educação para a democracia (COSSON, 2008, p.200). Para tanto, tem desenvolvido ações de educação que visam disseminar conhecimentos sobre o seu papel para a democracia.

2.1 O conceito de educação para a democracia na literatura

Como bem observa Cosson (2008), a educação para a democracia não é um fenômeno delimitado ou plenamente institucionalizado, o que se comprova a partir da pluralidade de denominações na busca de uma definição sobre o tema: educação cívica, educação política, educação para a democracia, educação para a cidadania, educação democrática, entre tantas outras. O próprio autor prefere o termo letramento político, o qual define como “processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção e aprimoramento da democracia” (COSSON, 2008, p.195).

Independente da denominação usada, educação para democracia ou letramento político, a ideia é a mesma: formar cidadãos para a vida numa sociedade democrática, proporcionando mecanismos de exercício efetivo da democracia, como a participação e controle social.

A ideia de que a formação para a democracia através da educação política é imprescindível para o bom funcionamento do sistema democrático encontra respaldo em diversos pensadores: Aristóteles, Bobbio, John Dewey e tantos outros. John Dewey, por exemplo, afirma que é necessário parar de enxergar a democracia como algo externo, próprio das instituições, e sim entendê-la como forma pessoal de vida, entendendo que “o propósito da democracia é e será sempre

a criação de uma experiência mais livre e mais humana, na qual todos participam e para a qual todos contribuem” (DEWEY apud DANTAS;COSSON;ALMEIDA, 2015, p.108).

Na mesma esteira, Bobbio (2002, p.122) afirma que o futuro da democracia depende formação política dos cidadãos e deixa clara a amplitude dessa formação:

A democracia não se refere só à ordem do poder público do Estado, mas deve existir em todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Começa na relação interindividual, passa pela família, a escola e culmina no Estado. Uma sociedade democrática é aquela que vai conseguindo democratizar todas as suas instituições e práticas.

Em um sentido ainda mais amplo, Crick define letramento político como “aprendizagem sobre e como nos fazer atuantes na vida pública, por meio de conhecimentos, habilidades e valores”. O autor vai além, esclarecendo, ainda, que entende por “vida pública” tanto as questões políticas quanto as econômicas e sociais que exigem posição e atuação das pessoas em nível local, nacional ou internacional (CRICK apud COSSON, 2008, p.193).

Um curso de educação para democracia tem como principal missão fazer com que seus participantes entendam que fazem parte da política e que a democracia é constituída de conhecimentos, práticas e valores que lhe são próprios e que não se restringem à política partidária e à sala de aula, mas sim precisam ser vivenciados no cotidiano e precisam de tempo para serem incorporados de maneira efetiva (DANTAS;COSSON;ALMEIDA, 2015, p.108).

Dentro desse contexto é que se extrai o importante, legítimo e essencial papel do Parlamento na formação para a cidadania. Sobre esse papel do Legislativo, Cosson (2008) ensina que o fortalecimento das práticas e das instituições democráticas é determinante para a própria existência do Parlamento, uma vez que ele precisa da democracia para funcionar, para existir. Assim, a defesa e promoção da democracia devem ser entendidas como suas funções primordiais. O autor defende que quanto mais consolidada for a democracia em uma sociedade, mais forte será seu Parlamento. Conclui afirmando que o Legislativo não tem somente a legitimidade de promover o letramento político da sociedade, mas também a necessidade de fazê-lo (COSSON, 2008, p.200).

Nunes (2014), em seu artigo sobre a análise das Escolas do Legislativo usando como referência o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados – Cefor, constata que as atividades relacionadas à educação para a cidadania, além de promover a educação para o exercício da democracia, proporciona aos cidadãos melhor entendimento do seu papel como cidadão, bem como do Poder Legislativo como instância que os representa, responsável pelas decisões que norteiam a vida de todos.

Seguindo o mesmo entendimento, Rocha (2011) afirma que diferentes instituições, especialmente os parlamentos, têm estabelecidos programas voltados ao letramento político e fortalecimento do regime democrático, com o objetivo também de permitir aos cidadãos uma visão mais completa do Legislativo e do processo legislativo.

Importante citar também o entendimento de Benevides (1994, p.14), conceituada autora sobre o tema, ao ressaltar que “a educação política significa a educação para a participação” e que:

A institucionalização de práticas de participação popular tem o apreciável mérito de corrigir essa involução do regime democrático, permitindo que o povo passe a se interessar diretamente pelos assuntos que lhe dizem respeito e, sobretudo, que se mantenha informado sobre os acontecimentos de interesse nacional.

Interessante notar que, para Benevides (1994), existe uma relação direta entre ser educado politicamente e estar mais interessado nos acontecimentos nacionais e na participação popular por meio de diversas práticas institucionais.

Por fim, é relevante mencionar a colocação feita por Júnior (2009), em seu estudo que discorre sobre as escolas do legislativo e a função educativa do parlamento, de que a educação para a democracia precisa ser um processo contínuo e interligado e que tenha a finalidade, a longo prazo, de proporcionar uma verdadeira mudança de cultura, postura e mentalidade.

No próximo capítulo será apresentada a metodologia usada no estudo. Os dois últimos capítulos versarão detalhadamente sobre o Programa Estágio-Visita de Curta Duração, descrevendo o perfil dos participantes das edições de 2015 e a percepção desses participantes quanto aos efeitos do programa.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aplicada no presente estudo consiste em uma análise documental/descriptiva, realizada a partir de uma pesquisa documental. Os documentos usados foram o Planejamento Instrucional e o Relatório Anual do Programa Estágio-Visita de Curta Duração, ambos de 2015 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015). Os documentos citados são institucionais, de autoria da Coordenação de Educação para a Democracia, sem publicação, e foram gentilmente cedidos pela coordenação para execução desta pesquisa.

Além disso, foi feita uma análise quantitativa e qualitativa das avaliações do programa realizadas pelos participantes ao final do evento. Essas avaliações ficam armazenadas na plataforma googledocs, formando um banco de dados que contém todas as edições do programa, separadas por mês/ano de realização. O acesso ao googledocs também foi gentilmente cedido pela Coordenação de Educação para a Democracia.

A avaliação do programa é feita a partir de um formulário eletrônico, enviado aos participantes no último dia do evento. Todas as atividades realizadas ao longo do programa são avaliadas pelos participantes quanto à sua relevância e quanto à atuação do seu instrutor/palestrante, em uma escala de 1(um) a 5 (cinco), que reflete o grau de satisfação dos participantes. Além disso, há um espaço destinado a comentários gerais sobre cada atividade avaliada.

Ademais, os participantes respondem a uma avaliação geral sobre o programa, na qual são analisados os seguintes itens: alcance dos objetivos educacionais, programação e organização do programa, também atribuindo notas em uma escala de cinco pontos. Ao final do formulário, há um espaço livre destinado ao registro das impressões dos participantes sobre o programa.

No presente estudo, optou-se por analisar as notas dadas pelos participantes (análise quantitativa) para cada atividade realizada ao longo do programa, bem como para os critérios elencados na avaliação geral, a partir do cálculo da média dessas notas.

Já para a análise dos comentários feitos pelos participantes (análise qualitativa), optou-se por analisar o item final da avaliação em que os participantes deixam suas impressões gerais sobre o programa. Essa opção se deve ao fato de que é no campo para comentários finais que os participantes são estimulados a sintetizar suas próprias percepções quanto aos efeitos gerados pelo programa. Alguns trechos desses comentários serão transcritos no capítulo 5.

A opção de transcrição de trechos das impressões deixadas pelos participantes também foi usada em outros estudos similares. Bernardes e Lopez (2015), ao analisar os efeitos de um programa de educação para a cidadania da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (“Deputado por um Dia”), optaram por transcrever trechos dos depoimentos de jovens que participaram do projeto com o intuito de demonstrar o quanto essa experiência de participação auxiliou nos rumos profissionais e também aumentou a participação política desses jovens.

Outro estudo que utilizou metodologia semelhante foi o ensaio de Rocha (2011), que objetivou mostrar os programas de educação para a democracia desenvolvidos pela Coordenação de Educação para a Democracia, do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. Com a intenção de demonstrar as impressões dos participantes sobre os efeitos dos diversos programas realizados pela coordenação, a autora transcreve trechos de avaliações feitas ao final de cada programa.

Para guiar a análise dos comentários finais, foram traçados alguns indicadores, a seguir listados: satisfação / insatisfação com o programa; percepção de aprendizagem significativa; despertar do interesse na participação política. Além disso, foram analisadas também as principais críticas/sugestões de acordo com dois indicadores: quanto à infraestrutura (alojamento, alimentação), à divulgação do programa e à programação (atividades realizadas, carga horária). Abaixo, o mapa analítico da pesquisa resume a metodologia usada.

Tabela 1 – Mapa analítico da pesquisa

Conceito Teórico	Categorias do conceito	Objetivo específico	Fonte de informação	Técnica de coleta de dados	Tipo de análise	Indicador
Educação para democracia	Práticas na Câmara dos Deputados	Apresentar o programa Estágio Visita e seus objetivos Descrever o público-alvo e a forma de ingresso dos participantes Descrever o perfil dos participantes do Estágio Visita em 2015	Projeto instrucional do curso Relatório consolidado do programa em 2015	Leitura	Análise documental	Satisfação / Insatisfação com o programa Percepção de aprendizagem significativa Despertar do interesse na participação política Críticas/sugestões quanto à infraestrutura/divulgação Críticas/sugestões quanto à programação
	Conhecimentos transmitidos	Descrever o conteúdo e a metodologia empregados no programa	Projeto instrucional do curso	Leitura	Análise documental	
	Valores adquiridos com a prática do curso	Demonstrar a percepção dos próprios participantes sobre os efeitos do programa	Relatório de avaliação consolidado do programa em 2015 Avaliações qualitativas dos participantes (comentários)	Leitura	Análise documental	

Fonte: Elaboração própria

4 A EXPERIÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Neste capítulo serão apresentados os dados descritivos da pesquisa. Primeiramente, será apresentado um panorama geral sobre a experiência da Câmara dos Deputados na prática de educar para a democracia. Posteriormente, será feita a descrição do Estágio-Visita, quanto à sua concepção histórica, seus objetivos, seu público-alvo, seu conteúdo e sua metodologia. Por fim, a descrição e análise do perfil dos participantes do programa no ano de 2015.

Como já mencionado anteriormente, a partir da concepção do papel educativo do Parlamento, o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, por meio de sua Coordenação de Educação para Democracia - Coede, desenvolve ações visando ao letramento político dos cidadãos, por meio de diversificadas metodologias, integrando práticas e valores relacionados à representação política e ao processo legislativo na Câmara dos Deputados. Segundo Rocha (2011), a Coordenação tem o importante papel de atuar na construção e fortalecimento de uma democracia participativa no Brasil, operacionalizado através de ações e programas com o objetivo de letrar politicamente os cidadãos brasileiros.

Ainda segundo a autora, a coordenação é responsável por diversos programas, como o Parlamento Jovem Brasileiro, em que estudantes do Ensino Médio de todo o Brasil vivenciam uma jornada parlamentar, na qual são diplomados, tomam posse e exercem o mandato legislativo por uma semana; a Escola na Câmara, programa voltado aos alunos do Ensino Médio da rede de ensino do Distrito Federal, que consiste em uma aula de cidadania integrada a uma visita institucional à Câmara dos Deputados; o Estágio-Cidadão, direcionado a estudantes universitários que fazem estágio na Câmara em suas áreas de formação, com a pretensão de mostrar a esses jovens o funcionamento da Câmara e do processo legislativo; a Missão Pedagógica no Parlamento, em que professores do sistema público de ensino participam de uma semana de formação na Câmara dos Deputados, propiciando subsídios para a inserção de temas relativos à cidadania, política e democracia no ambiente escolar, entre outros (ROCHA,2011).

Importante mencionar que, além das atividades desenvolvidas pela Coede, são realizadas ações voltadas à educação para a democracia por outros

setores da Casa, a exemplo da Secretaria de Comunicação Social, que desenvolve e mantém o site Plenarinho, voltado ao público infantil e que disponibiliza informações sobre política, democracia, Poder Legislativo e participação popular em uma linguagem acessível ao público a que se destina. Outro exemplo são as publicações do Centro de Documentação e Informação da Casa, que, através de diversos livros, leva ao público geral conhecimentos sobre democracia, cidadania, política e a importância da participação popular.

4.1 O Programa Estágio-Visita de Curta Duração

Uma das ações desenvolvidas pela Coede é o Programa Estágio-Visita de Curta Duração, foco do presente estudo. Regulamentado em 2003, o programa acontece anualmente desde então. Destinado a estudantes universitários, tem a duração de cinco dias e permite que os participantes possam, de forma intensiva, participar de atividades que propiciem o conhecimento teórico e prático sobre o Poder Legislativo Brasileiro, em especial, sobre a Câmara dos Deputados, através de atividades dinâmicas que estimulam a reflexão e a ação.

De acordo com Rocha (2011), o programa objetiva possibilitar ao participante o conhecimento das rotinas do processo legislativo e da atividade parlamentar na Câmara dos Deputados, contribuindo, dessa forma, para a democratização da Casa. Ainda de acordo com a autora, o programa é revisto a cada ano, a partir das avaliações feitas pelos estudantes, pelo retorno dado pelos instrutores e pela observação e percepção da equipe executora do programa. A intenção é aperfeiçoar o programa a cada edição, desenvolvendo atividades mais dinâmicas e que estimulem não apenas a reflexão sobre o tema, mas, sobretudo, a ação.

4.1.1 Concepção histórica

De acordo com Cosson (2016), em estudo que analisa os conteúdos e metodologias empregados no Estágio-Visita de Curta Duração, o programa foi

inicialmente criado em 2003, por meio de um Ato da Mesa da Câmara dos Deputados (Ato da Mesa n. 143, de 15/01/2003). Nessa primeira formatação, o programa teria duração de cinco dias corridos e o número de edições no ano seria fixado no início de cada sessão legislativa. Cada edição contaria com sessenta vagas e cada deputado federal poderia indicar dez estudantes por ano. A participação do estudante ficaria condicionada à comprovação de que ele estaria cursando os dois últimos anos de curso superior e a instituição de ensino superior deveria ser do mesmo estado do deputado. Além disso, as atividades propostas seriam palestras que deveriam versar sobre o Poder Legislativo e a Câmara dos Deputados. Ademais, despesas com deslocamento e estadia deveriam ser arcadas pelo próprio participante (COSSON, 2016).

Ainda segundo Cosson (2016), as condições inicialmente estabelecidas para o funcionamento do programa parecem não ter despertado o interesse de indicações por parte dos deputados, ou ainda, o fato de que as despesas com a estadia não seriam subsidiadas pela Câmara. Fato é que um novo Ato da Mesa foi publicado (Ato da mesa n. 22, de 05/06/2003), em que a Câmara passa a se responsabilizar pela estadia dos estudantes em Brasília, bem como restringe a indicação a dois candidatos por deputado no início da legislatura.

A primeira edição aconteceu somente em dezembro de 2003, contando com a participação de 32 estudantes. A programação, de cinco dias, contou com diversas visitas aos órgãos internos da Câmara dos Deputados, como Ouvidoria, Museu, Centro de Documentação, Consultoria Legislativa, Secretaria-Geral da Mesa, entre outros. Além disso, houve visita a outras instituições como Senado Federal, Tribunal de Contas da União e Supremo Tribunal Federal. Os estudantes também puderam assistir a uma parte de sessões nas comissões e no plenário e a palestras específicas sobre a estrutura organizacional e física da Câmara dos Deputados e processo legislativo.

Em 2004, um novo Ato da Mesa passa a disciplinar o programa (Ato da Mesa n. 51, de 18 de novembro de 2004) e está vigente até o presente, tendo sofrido algumas pequenas alterações desde então. O programa passa a ser controlado pelo Cefor, sob supervisão da Segunda Secretaria; o número de participantes ficou limitado a 50 alunos e as indicações parlamentares poderiam ser feitas em qualquer época do ano. Posteriormente, em 2007, houve aumento do

número de participantes para 70. Em 2015, foi ampliada a indicação parlamentar de dois para quatro estudantes, sendo dois por semestre.

Atualmente, o Estágio-Visita acontece anualmente, em uma média de dez edições durante o ano, excluindo os períodos de recesso parlamentar no meio e no final do ano. No portal da Câmara dos Deputados há informações sobre o programa, bem como forma de acesso (por indicação de um deputado federal), cronograma das edições previstas no ano vigente (com as datas de inscrição e de realização), bem como quais são os pré-requisitos necessários para a participação, como ter idade mínima de 18 anos e estar regularmente matriculado em uma instituição de ensino, seja a nível de graduação ou de pós-graduação (BRASIL, 2016). Os participantes recebem gratuitamente hospedagem desde o domingo anterior ao início do programa até o sábado seguinte, bem como alimentação e transporte nos dias do evento.

4.1.2 Objetivos do programa

Conforme o Planejamento Instrucional do Programa Estágio-Visita de Curta Duração (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015), elaborado pela Coordenação de Educação para a Democracia, o objetivo do programa consiste em:

Estimular a participação democrática dos universitários de todas as áreas, por meio de palestras, aulas dialogadas, debates, simulações e oficinas que proporcionem conhecimentos em processo legislativo e que promovam o desenvolvimento de valores e habilidades necessárias ao exercício da cidadania; e aproximar os jovens do Parlamento por meio do acompanhamento das atividades parlamentares in loco, como visitas às comissões, Plenário e gabinetes.

Ainda segundo o Planejamento Instrucional (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015), ao final do programa, o participante deverá estar apto a:

1 – Explicar conceitos básicos de Democracia e Representação, Processo Legislativo e Papel do Parlamento;

2- Avaliar a complexidade do processo de produção de leis e a relação dos atores envolvidos no processo;

3 – Sensibilizar-se à necessidade de respeitar as diferenças e de tolerar ideias diversas;

4 – Argumentar e participar do debate de ideias, entendendo o papel das minorias no processo democrático;

5 – Sentir-se motivado para o exercício da cidadania, reconhecendo a importância dessa prática para o fortalecimento da Democracia;

6 – Demonstrar visão crítica para leitura do contexto político brasileiro.

4.1.3 Público-Alvo e forma de ingresso dos participantes

O público-alvo do programa são estudantes universitários, que cursam graduação ou pós-graduação, e que tenham mais de 18 anos, de todas as regiões do país. O ingresso no programa se dá por meio de indicação de um deputado federal, podendo ser ou não do estado do estudante. Para tanto, o próprio interessado deve entrar em contato com o gabinete do deputado e solicitar sua indicação.

Confirmada a indicação, o estudante encaminha ao gabinete as seguintes informações: nome completo, identidade, CPF, e-mail, telefone residencial e celular, cidade e UF, CEP, nome do pai e da mãe, curso e instituição de ensino, semestre que está cursando, se possui alguma necessidade especial e/ou alguma restrição médica. Deve encaminhar ainda cópias digitalizadas dos seguintes documentos: identidade e CPF, comprovação de matrícula na instituição de ensino (correspondente ao semestre de estágio) e autodeclaração de saúde preenchida e assinada, conforme modelo disponível no portal da Câmara dos Deputados.

Com a documentação do estudante interessado em mãos, o funcionário do gabinete parlamentar realiza a inscrição, por meio de sistema próprio da rede interna da Câmara. Uma vez feita a inscrição, a confirmação é dada diretamente

pelo Cefor ao aluno, por e-mail. Os participantes assinam um Termo de Compromisso e uma Declaração de ciência e concordância com as cláusulas do Termo, ainda no primeiro dia do programa.

4.1.4 Conteúdo e metodologias empregados

Como já mencionado anteriormente, o Estágio-Visita é planejado e desenvolvido pela Coordenação de Educação para a Democracia (Coede) do Cefor. Para a execução do programa, a Coede conta com o apoio de outros órgãos internos, como a Secretaria de Comunicação Social. Além disso, os palestrantes, instrutores e demais colaboradores são também servidores da Câmara. A carga horária total do programa é de 36 horas.

Segundo o Planejamento Instrucional da Coede (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015), o programa é estruturado conforme alguns pilares instrucionais, a fim de desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes esperadas, a saber: conhecimentos dos conceitos democráticos e de representação, do processo legislativo e do papel do Poder Legislativo; habilidades de argumentação, de debate de ideias, de avaliação global dos processos envolvidos na produção legislativa e atitudes frente a situações que exijam a sensibilização para desenvolvimento de valores democráticos.

Para tanto, faz uso de estratégias instrucionais como exposições dialogadas, simulações, oficinas, debates e discussões em grupo durante uma programação intensa de atividades.

Usando como parâmetro de análise as edições de 2015, Cosson (2016) afirma que os conhecimentos trabalhados durante as edições estão relacionados aos conceitos de democracia e representação, do processo legislativo e do papel do Poder Legislativo. A programação (Anexo 1) conta com três palestras e três aulas dialogadas. As palestras versam sobre história da concepção arquitetônica de Brasília e de seus edifícios, sobre educação fiscal e sobre os instrumentos de informação e pesquisa disponíveis na Câmara dos Deputados para acompanhamento do processo legislativo e de outros dados sobre funcionamento da Casa.

Ainda de acordo com Cosson (2016), nas aulas dialogadas, por sua vez, tratam de temas como democracia e parlamento (conceitos, democracia como um processo e a evolução dos valores da sociedade, os três poderes e o sistema de freio e contrapesos, as funções institucionais da Câmara, o parlamento como sede dos debates, a questão das minorias no processo político e a importância da participação da política); processo legislativo e sua dinâmica política (papel dos partidos políticos, das lideranças e dos deputados, as fases do processo legislativo e seus atores, a elaboração das normas e os tipos de norma) e ainda sobre reforma política e os sistemas eleitorais (como funcionam atualmente as eleições no Brasil, os tipos de sistemas eleitorais, a tramitação da Reforma Política no Congresso e os modelos de financiamento de campanhas eleitorais).

O programa dispõe também de visitas, debates organizados e simulações, que objetivam trabalhar o desenvolvimento de habilidades e atitudes como argumentação, debate de ideias, avaliação global dos processos envolvidos na elaboração das normas.

Cosson (2016) também descreve o procedimento empregado nas visitas, também chamadas de jornadas de aprendizagem. Para as visitas, os participantes são divididos em grupos e passam por uma preparação orientando-os a coletar o máximo de informações, impressões e sensações dos locais que visitarão. Os locais visitados são as áreas que influenciam diretamente o processo legislativo, como a Secretaria-Geral da Mesa, Centro de Documentação e Informação, Consultoria Legislativa, Consultoria de Orçamento, Comissão de Legislação Participativa, entre outros. Após as visitas, os participantes, divididos em grupos, compartilham as informações que coletaram e consolidam esses dados com o restante do grupo.

Além dessas visitas, há outras visitas na programação, a exemplo da visita às dependências da Câmara dos Deputados (que funciona como a visita institucional ao Congresso, aberta ao público geral), da visita livre aos gabinetes (na qual os estudantes visitam o gabinete do deputado pelo qual foi indicado para participar do programa). Ademais, há o que os organizadores chamam de acompanhamento de Plenário e dos trabalhos das Comissões. Esses acompanhamentos proporcionam aos participantes observarem de perto como

funcionam duas importantes instâncias do processo legislativo: o plenário e as comissões permanentes. Há, também, uma visita ao Supremo Tribunal Federal.

A programação do Estágio-Visita conta ainda com a atividade de simulação dos trabalhos de comissão, que segundo Cosson (2016), em uma análise dos conteúdos e metodologias empregados do ponto de vista educacional, é a atividade que parece ser a mais relevante em toda a programação. Corroborando com o autor, Bernardes e Lopes (2015) afirmam que as simulações de debates, mesmo que fictícios, funcionam como treinamento das habilidades que os cidadãos necessitam para viver em um regime democrático, como a tolerância, empatia, interesse pelo bem comum, abertura ao diálogo.

Essa simulação dos trabalhos das comissões é uma atividade que ocupa a manhã de um dos dias e consiste, segundo o autor, em uma votação simulada de pareceres distribuídos aos estudantes. Para a simulação, é composta uma mesa, com presidente, e os pareceres são distribuídos a relatores previamente escolhidos. Os demais alunos atuam como membros da comissão. Antes da atividade, é feita uma preparação com os estudantes a fim de que os aspectos formais da simulação sejam repassados e, dessa forma, a atividade possa ocorrer de forma mais proveitosa. Ao final, é realizada uma reflexão coletiva com o intuito de processar a vivência da simulação com todos os participantes, tanto no que diz respeito aos conhecimentos quanto às habilidades e atitudes adquiridos.

Cosson (2016) enfatiza que durante o processo de discussão e votação dos pareceres, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar os aspectos envolvidos na formação da posição do parlamentar diante de determinado tema, que passa por questões de interesses e opinião pessoal, partido político, representação. Ademais, desenvolvem capacidades como argumentação, debate de ideias, deliberação conjunta, respeito ao outro e diálogo.

Na programação ainda há dois debates organizados com deputados. Um deles é o chamado Encontro com Deputados, em que um grupo de deputados convidados pela Segunda Secretaria responde a perguntas feitas pelos universitários. O outro é um programa da TV Câmara – Programa #Ocupação – com formato semelhante ao Encontro com Deputados, com a diferença que tem um tema específico diferente a cada edição e conta apenas com um deputado e um especialista no assunto.

4.1.5 Perfil dos participantes em 2015

Com o intuito de traçar o perfil dos participantes das edições anualmente, a Coordenação de Educação para a Democracia faz um levantamento de algumas características dos participantes a fim de consolidar esses dados em um relatório anual. As características levantadas são: região de origem, estado de origem, faixa etária, sexo, renda familiar e área de formação.

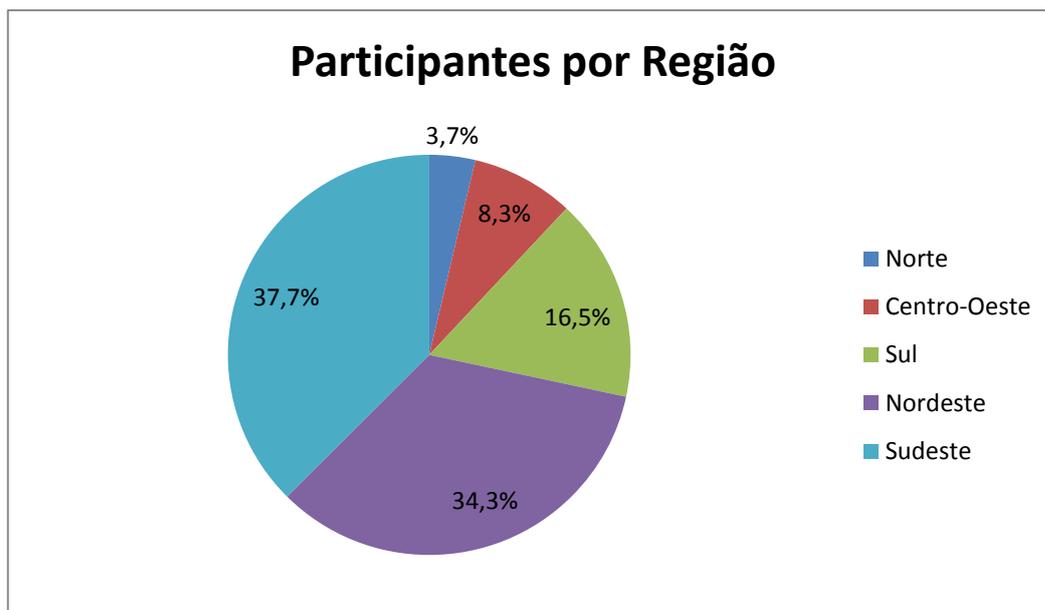
Segundo informações do Relatório Anual do Estágio-Visita de Curta Duração (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015), as dez edições do programa obtiveram, ao total, 604 participantes, o que evidencia um número considerável de estudantes que vivenciaram a experiência do programa em 2015.

4.1.5.1 Região de origem dos participantes

No ano de 2015, os participantes vieram de 26 estados e a distribuição pelas regiões está ilustrada no gráfico abaixo (Gráfico 1). É possível perceber que a maioria dos participantes é da região Sudeste (37,7%). Em segundo lugar, aparece a região Nordeste (34,3%). A região com menos participantes é a Norte, com apenas 3,7% do total.

Interessante observar que, por ter estudantes de todas as regiões do país, o programa conta com um público diversificado e plural, que exemplifica a realidade do Brasil e da própria democracia. Essa diversidade de origem dos participantes acaba por facilitar o alcance dos objetivos instrucionais do programa, como sensibilizar-se à necessidade de respeitar as diferenças e de tolerar ideias diversas e argumentar e participar de debate de ideias, entendendo o papel das minorias no processo democrático.

Gráfico 1 - Região de origem dos participantes.

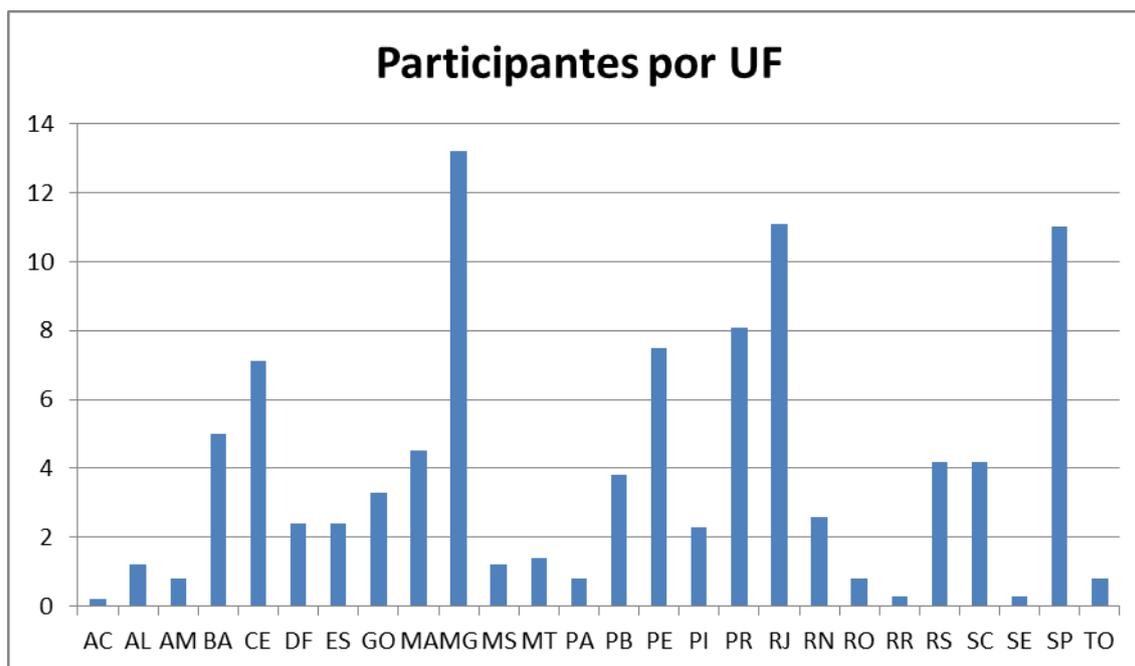


Fonte – Coordenação de Educação para a Democracia (Relatório consolidado Estágio-Visita 2015).

4.1.5.2 Estado de origem dos participantes

O estado que mais contou com representantes entre os participantes em 2015 é Minas Gerais, com 13,2% do total de participantes. Em seguida está o estado do Rio de Janeiro, com 11,1% do total. O estado de São Paulo ficou em terceiro lugar (11%), seguido pelo Paraná (8,1%) e de Pernambuco (7,5%). Os estados que tiveram menor participação são Acre (0,2%), Roraima (0,3%) e Sergipe (0,3%). O único estado que não teve nenhum participante foi o Amapá, conforme ilustra o gráfico abaixo (Gráfico 2). Aqui também fica a evidente a diversidade dos participantes comentada no item anterior.

Gráfico 2 - Estado de origem dos participantes.



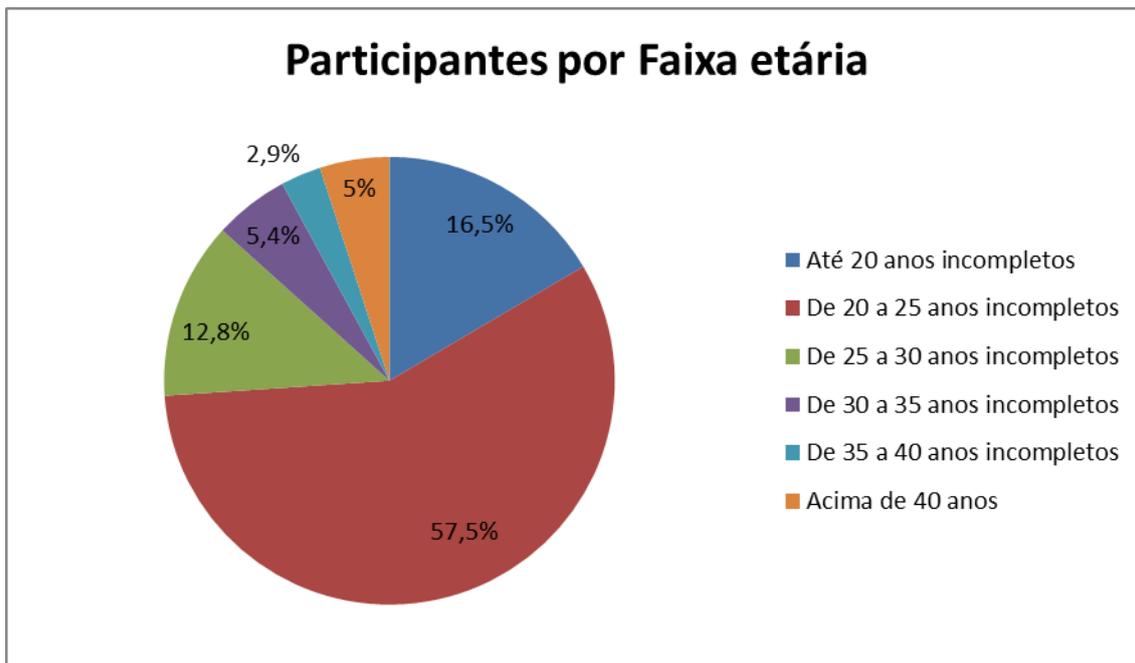
Fonte – Coordenação de Educação para a Democracia (Relatório consolidado Estágio-Visita 2015).

4.1.5.3 Faixa etária e sexo dos participantes

Mais da metade do total de participantes (57,5%) tem entre 20 e 25 anos incompletos, conforme se observa no gráfico abaixo. Apenas 5,4% dos participantes têm entre 30 e 35 anos, 2,9% entre 35 e 40 anos e 5% têm acima de 40 anos, como se pode observar no gráfico abaixo (Gráfico 3). Entre os participantes de todas as edições de 2015, a maioria (51,8%) era do sexo feminino.

Neste item é importante ressaltar que o público-alvo do programa são jovens universitários. Entretanto, qualquer um que esteja cursando um curso universitário, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, pode participar, desde que tenha mais de 18 anos e comprove o vínculo regular com a instituição de ensino. Do total, 13,3% tem idade igual ou superior a 30 anos, o que também favorece a diversidade dos participantes, enriquecendo a convivência e os debates proporcionados pelo programa.

Gráfico 3 – Faixa etária dos participantes.



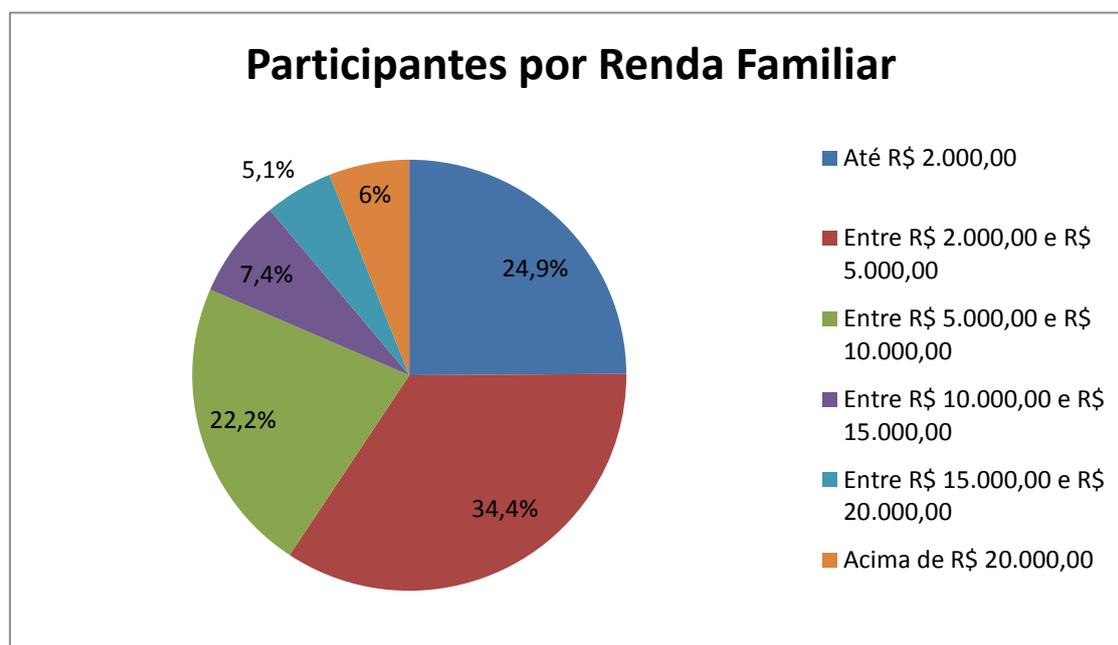
Fonte – Coordenação de Educação para a Democracia (Relatório consolidado Estágio-Visita 2015).

4.1.5.4 Renda familiar dos participantes

Outro dado coletado pelos organizadores do programa é a renda familiar dos participantes, ilustrada no gráfico abaixo (Gráfico 4). É possível notar que a maior parte (34,4%) dos participantes tem renda familiar entre R\$2.000,00 e R\$5.000,00, seguidos daqueles que possuem renda familiar de até R\$2.000,00 (24,9%). A maioria, portanto, é de famílias com renda mensal de até R\$5.000,00 (59,3%). Apenas 6% dos participantes têm renda acima de R\$20.000,00.

Esses dados evidenciam que apenas 18,1% dos participantes tem renda familiar igual ou superior a R\$10.000,00. Portanto, os estudantes das classes sociais mais elevadas foram pouco representados nas edições de 2015.

Gráfico 4 – Renda familiar dos participantes.



Fonte – Coordenação de Educação para a Democracia (Relatório consolidado Estágio-Visita 2015).

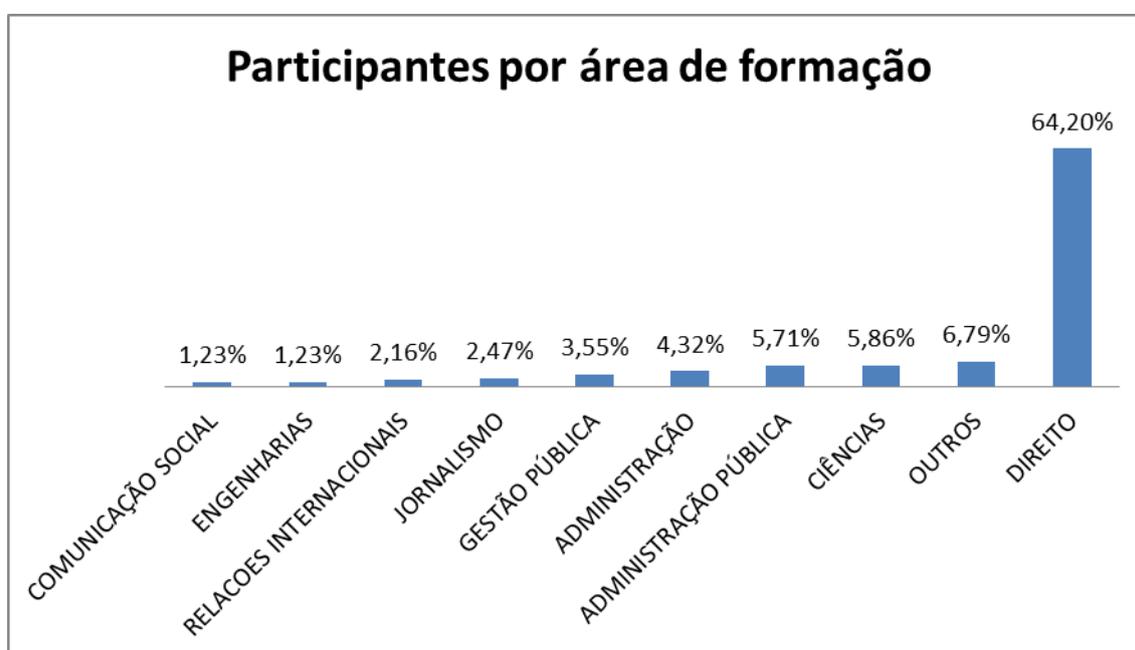
4.1.5.5 Área de formação dos participantes

Ao analisar a área de formação dos participantes, percebe-se que 64,20% do total são estudantes de Direito, o que parece ser uma constante em todas as edições do programa, inclusive nos anos anteriores, conforme ressalta o Relatório Anual do programa. De acordo com o mesmo documento, a área de Ciências (Políticas, Econômicas e Sociais) continuou sendo destaque, contando com 5,86% dos participantes, seguida da área de Administração, que contou com 4,32%. Ao total, houve uma variedade de 23 áreas de formação entre os participantes das edições de 2015, o que pode ser observado no gráfico abaixo (Gráfico 5).

Essa variedade de áreas de formação dos participantes também colabora para a diversidade do público-alvo, evidenciando a amplitude do alcance do programa. Em se tratando de educação para a democracia, em que o interesse pelos assuntos nacionais que impactam a vida de todos é fomentado com a intenção de que todos vivenciem a democracia em seus mais amplos aspectos, a diversidade de áreas de formação dos participantes deixa evidente que o alcance dessa prática educacional não se limita aos estudantes de áreas afins, como Direito e Ciência

Política. Apesar dos estudantes desses cursos ainda serem predominantes, contar com alunos de Engenharia e de cursos da área de saúde (“outros”) faz com que o programa consiga atingir seu objetivo de mostrar que a importância do letramento político está além de afinidades. Todos os cidadãos, independente de suas áreas de formação, devem e precisam conhecer sobre o processo democrático no qual está inserido e, principalmente, participar ativamente dele, seja no campo político, econômico, cultural ou social, ou ainda, a nível municipal, estadual, nacional ou internacional.

Gráfico 5 – Área de formação dos participantes.



Fonte – Coordenação de Educação para a Democracia (Relatório consolidado Estágio-Visita 2015).

5 PERCEÇÃO DOS PARTICIPANTES DAS EDIÇÕES DE 2015 SOBRE OS EFEITOS DO PROGRAMA

Como já citado no capítulo sobre os aspectos metodológicos, todas as atividades realizadas ao longo do Estágio-Visita são avaliadas pelos participantes quanto à sua relevância e quanto à atuação do seu instrutor/palestrante. O formulário de avaliação usado no ano de 2015 foi um formulário eletrônico, disponível na plataforma googledocs, que foi enviado aos participantes no último dia do programa. Foi dado um prazo de cinco dias para que os alunos encaminhassem suas respostas.

Cada atividade é avaliada a partir de afirmações, como por exemplo, a seguinte: a aula dialogada “Democracia e o Papel do Parlamento” foi muito relevante para o programa. O estudante é instruído a atribuir uma nota em uma escala de 1 (um) a 5 (cinco), em que 1 (um) significa grau mínimo de concordância com a afirmação e 5 (cinco) indica o nível máximo de concordância, podendo ser entendidos também como medidores do grau de satisfação com cada atividade realizada.

Além disso, há espaços destinados a comentários livres dos estudantes, os quais os estimulam a expressar em mais detalhes o que acharam sobre cada atividade, bem como a fazer críticas, elogios ou dar sugestões de melhorias.

Ademais, os participantes respondem a uma avaliação geral sobre o programa, na qual são analisados os seguintes itens: alcance dos objetivos educacionais, programação e organização do programa, também em uma escala de cinco pontos. Ao final, há um espaço livre para comentários finais.

O primeiro item da avaliação geral, que analisa se os objetivos educacionais foram alcançados, disponibiliza a lista de todos os objetivos (citados no item 4.1.1 – Objetivos do programa) e convida o aluno a optar por uma nota para cada um deles em uma escala de cinco pontos, em que 1(um) significa que não foi alcançado e 5 (cinco) que foi totalmente alcançado.

O segundo item, sobre a programação, busca avaliar o conteúdo trabalhado no programa, quanto à sua profundidade e relevância, a ordem em que as atividades foram executadas, a distribuição do tempo entre cada atividade, bem

como a carga horária geral (se foi ineficiente, adequada ou excessiva). Aqui também é aplicada uma escala de cinco pontos, em que o estudante é instruído a optar por uma nota a partir de seu grau de concordância com as afirmações apresentadas.

Em seguida, o item que avalia a organização objetiva analisar o grau de satisfação dos alunos, novamente em uma escala de cinco pontos, quanto aos seguintes itens: se a programação foi cumprida, se o horário de início e término das atividades foi respeitado, se as informações compartilhadas foram de qualidade e, ainda, se o atendimento da equipe às diversas demandas dos participantes foi satisfatório.

Abaixo, serão descritos os resultados dessas avaliações, separados nos seguintes itens: avaliação quantitativa e avaliação qualitativa.

5.1 Avaliação quantitativa

Como já citado no capítulo referente à metodologia, optou-se por apresentar a média das notas dadas pelos participantes para cada atividade avaliada, bem como para os critérios elencados na avaliação geral. Esses dados foram extraídos do Relatório Anual do Estágio-Visita de 2015 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015), disponibilizado pela Coordenação de Educação para a Democracia, e estão ilustrados abaixo.

Primeiramente, é interessante mencionar que, ao total, 324 alunos responderam o formulário de avaliação enviado ao final do programa, em 2015. A tabela (Tabela 2) abaixo traz as médias das notas atribuídas pelos participantes a cada atividade quanto à sua relevância.

Tabela 2 - Avaliação dos participantes sobre a relevância das atividades

Atividade	Média Relevância
Simulação do Trabalho das Comissões	4,93
Aula Dialogada Democracia e o Papel do Parlamento	4,59
Palestra História da Concepção de Brasília e seus Edifícios	4,70

Jornada de Aprendizagem	4,56
Integração dos participantes	4,29
Aula Dialogada "Processo Legislativo"	4,55
Aula Dialogada "Reforma Política e Sistemas Eleitorais"	4,47
Palestra Educação Fiscal	3,94

Fonte – Coordenação de Educação para a Democracia (Relatório consolidado Estágio-Visita 2015).

É possível observar que a atividade que recebeu a melhor avaliação foi a “simulação do trabalho das Comissões” (média de 4,93). Como já mencionado anteriormente, Cosson (2016) e Bernardes e Lopes (2015) concordam ao afirmarem que simulações como essas têm importante efeito educativo, pois permitem o desenvolvimento e treinamento de habilidades como argumentação, debate de ideias, diálogo, respeito às opiniões divergentes e ainda interesse pelo bem comum e empatia.

Cabe ressaltar que, à exceção da Palestra de Educação Fiscal, todas as atividades receberam média superior a 4 (quatro), indicando elevado grau de satisfação dos participantes.

Interessante mencionar também que as atividades “encontro com os deputados”, “visita aos gabinetes e comissões”, “visita ao STF” e “acompanhamento de Plenário” não são avaliadas quantitativamente, mas que, segundo o Relatório Anual do Estágio-Visita de 2015 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015), a visita ao STF é a favorita dos participantes e o encontro com deputados também foi bastante elogiado pelos participantes.

A tabela 3 ilustra a média das notas atribuídas aos critérios da avaliação geral disponibilizada ao final do formulário de avaliação. Percebe-se que todos os critérios obtiveram média acima de 4 (quatro), evidenciando elevado grau de satisfação com o programa.

Tabela 3 - Avaliação geral sobre o programa.

Critério	Média
Alcance dos objetivos	4,63
Satisfação com a programação	4,20

Satisfação com a organização do programa	4,55
--	------

Fonte – Coordenação de Educação para a Democracia (Relatório consolidado Estágio-Visita 2015).

5.2 Avaliação qualitativa (comentários)

Como já mencionado na metodologia, optou-se por analisar o item da avaliação em que os participantes deixam seus comentários finais sobre o programa, devido ao fato de que é nesse campo que os participantes são estimulados a sintetizar suas próprias percepções quanto aos efeitos gerados pelo programa. Alguns trechos desses comentários serão transcritos abaixo. No capítulo de metodologia, foram listados os indicadores usados nesta análise.

Ao total, 152 participantes deixaram seus comentários ao final da avaliação. O espaço destinado a isso continha a seguinte orientação: “deixe aqui os seus comentários finais”. Portanto, era um espaço livre no qual os estudantes poderiam expressar suas impressões sobre todo o programa.

Do total de estudantes que deixaram seus comentários finais, 138 expressaram satisfação com a realização do programa, conforme trechos transcritos abaixo.

“O programa é simplesmente maravilhoso. Com toda certeza, vou partilhar dessa experiência para minha vida toda. A Câmara cumpre sua função social e possibilita o despertar da cidadania em centenas de jovens ao realizar o Estágio-Visita.” (Participante da edição de junho de 2015)

“Que semana incrível! Não sei nem se essa palavra consegue definir o que foi o estágio. Sou grato a Deus por ter permitido que eu vivesse tamanha experiência ao lado de pessoas sensacionais e que conseguem materializar, perfeitamente, a sociedade plural que temos. É provável que ainda não tenhamos a dimensão do impacto que esse estágio promoverá em nossas vidas, contudo, o tempo mostrará a real transformação como estudiosos, cidadãos e participantes da nossa democracia Permaneçam com a atividade, pois o senso comum é destruído!” (Participante da edição de junho de 2015)

“Tenho convicção que essa experiência representa um divisor de águas na história e trajetória de muitos que aí passaram e ainda vão passar, e que a partir dela surjam ou se desenvolvem projetos e iniciativas para a

construção de um país mais justo, democrático e ético.” (Participante da edição de janeiro de 2015)

“É provável que ainda não tenhamos a dimensão do impacto que esse estágio promoverá em nossas vidas, contudo o tempo mostrará a real transformação como estudiosos, cidadãos e participantes da nossa democracia” (Participante da edição de julho de 2015)

Os participantes expressaram, ainda, a percepção de aprendizagem significativa com a realização do programa, ao manifestarem que a experiência permitiu a quebra de paradigmas sobre política e Poder Legislativo e também a mudança na compreensão de conceitos como cidadania e democracia, como ilustrado abaixo.

“Um programa incrível, que dá oportunidade de jovens terem outra visão do legislativo, o conhecimento que ganhamos em cinco dias é imensurável” (Participante da edição de novembro de 2015)

“O Estágio-Visita foi de grande relevância para o aprendizado do funcionamento do processo legislativo, abordando temas que irão influenciar positivamente no crescimento intelectual, profissional e principalmente na participação constante na atuação do parlamento na sociedade brasileira” (Participante da edição de outubro de 2015)

“O Estágio-Visita me proporcionou uma visão holística do Poder Legislativo. Gostaria que não só os estudantes universitários, mas todos os brasileiros tivessem a oportunidade de aprenderem na prática o sentido das palavras democracia e cidadania” (Participante da edição de agosto de 2015)

“Mudei muitas concepções minhas a respeito do Congresso Nacional. Tive plena convicção também que gosto de política e posso ajudar a melhorar nosso país de alguma maneira. Estou muito satisfeita e agreguei muito ao ver a prática de tudo que ouvi em teoria na graduação” (Participante da edição de outubro de 2015)

Quanto à percepção de que o programa despertou o interesse na participação política nas suas mais variadas formas, diversos participantes também a expressaram em seus comentários, como ilustram alguns trechos abaixo. Alguns estudantes comentaram que iriam levar os conhecimentos adquiridos com o programa para a prática na sua cidade/comunidade.

“O projeto é de suma importância para o desenvolvimento do interesse político daqueles que participam. Trata-se de uma grande iniciativa da Câmara dos Deputados.” (Participante da edição de maio de 2015)

“Este Estágio-Visita foi um divisor de águas na minha vida, pois ampliou muito minha visão de cidadania, motivou meu engajamento no processo de transformação do Brasil através da política e está contribuindo para estimular outros jovens a participarem ativamente da política” (Participante da edição de setembro de 2015)

“Este tipo de programa fortalece a democracia participativa e nos estimula a sempre ir atrás e lutar pelo o que acreditamos, acompanhar nossos parlamentares e cobrar seus planos de governo” (Participante da edição de setembro de 2015)

“Momento singular e que, com certeza, ficará marcado em mim para sempre. Espero propagar os conhecimentos agregados e participar mais da construção do Brasil” (Participante da edição de maio de 2015)

“O Programa Estágio-Visita gerou em mim novas perspectivas. Levarei todo o conhecimento adquirido ao decorrer da semana para a minha vida profissional e pessoal, visando atender da melhor forma, colaborar e suprir as necessidades e demandas da sociedade” (Participante da edição de setembro de 2015)

Alguns participantes também expuseram críticas/sugestões no espaço destinado aos comentários finais. As críticas se restringiram, principalmente, a questões de infraestrutura do local de hospedagem (o local varia de edição para edição, normalmente são usados os alojamentos da Escola de Administração Fazendária ou da Escola de Administração Pública) e também da qualidade da alimentação fornecida durante o evento (empresa contratada pela Câmara dos Deputados).

Já as sugestões foram direcionadas, principalmente, à divulgação do programa (deveria ser mais divulgado para alcançar um público ainda maior) e à programação. Em relação à última, os participantes teceram sugestões de ampliar a carga horária total e também de propiciar mais atividades práticas (como as simulações nas comissões), além de aumentar as oportunidades de contato e diálogo com os deputados.

A partir da análise dos comentários feitos pelos participantes, é possível perceber que foi consenso entre eles a satisfação com a realização do programa, bem como a percepção de aprendizagem significativa. Ademais, muitos participantes expressaram também o aumento no interesse em se informar sobre os

acontecimentos de interesse nacional, assim como em participar mais ativamente da política, nas suas mais variadas formas.

CONCLUSÃO

No presente estudo objetivou-se responder à seguinte pergunta: quais são os possíveis efeitos gerados pelo Programa Estágio-Visita de Curta Duração da Câmara dos Deputados nos participantes das edições de 2015?

A partir da leitura e análise dos dados coletados, foi possível concluir que os possíveis efeitos gerados nos participantes do programa são a percepção de aprendizagem significativa e o despertar do interesse na participação política. A primeira diz respeito, principalmente, à quebra de paradigmas sobre política e Poder Legislativo, provenientes do senso comum, e também à mudança na compreensão de conceitos como cidadania e democracia.

Já o despertar do interesse na participação política está relacionado à modificação da visão do que é participação cidadã, à vontade de participar ativamente da construção do país, de fiscalizar os atos do poder público e de seus representantes e de fortalecer a democracia participativa.

Interessante mencionar a diversidade dos participantes das edições do ano de 2015. A partir do levantamento do perfil desses egressos, nota-se que eram oriundos de todas as regiões do país e tinham idades e formações diversas. Isso contribuiu para que a ideia de pluralidade, tão importante para a democracia, fosse vivenciada pelos participantes durante o programa. Sem dúvida, como observado em alguns comentários dos participantes, essa diversidade favoreceu a assimilação de conhecimentos, valores e atitudes essenciais para o sistema democrático.

O presente estudo possui algumas limitações. A primeira delas diz respeito ao tamanho da amostra analisada (participantes das edições do ano de 2015), que não permite que os achados sejam generalizados para todo o programa. Outra limitação do estudo diz respeito à coleta de dados que, por ter sido feita a partir de pesquisa documental, restringiu a caracterização do perfil dos participantes às variáveis coletadas pela Coordenação de Educação para a Democracia.

A partir da conclusão do presente estudo, surgem novos questionamentos. Será que os estudantes que participaram do Programa Estágio-Visita de Curta Duração da Câmara dos Deputados participam efetivamente da

política no seu dia-a-dia? De que forma? Quais conhecimentos adquiridos no programa foram e ainda são colocados em prática no cotidiano? Os efeitos gerados pelo programa (percepção de aprendizagem significativa e interesse na participação política) se mantiveram com o tempo?

Ademais, uma análise sobre a relação entre a forma de ingresso dos participantes (indicação parlamentar) e suas percepções sobre os efeitos do programa também se faz necessária.

Afinal, o propósito da educação para a democracia é formar cidadãos para a vida numa sociedade democrática, proporcionando mecanismos de exercício efetivo da democracia, como a participação e controle social. E, dessa forma, favorecer o fortalecimento da própria democracia, a partir de valores e práticas de uma cultura dialógica e cidadã.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para democracia. **Lua Nova** Revista de cultura e pesquisa, n.38, p.223-237, 1996.

_____. Cidadania e Democracia. **Lua Nova**, n.33, 1994.

BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BERNARDES, Cristiane Brum; LOPEZ, Vanessa Albertinence. Educação para cidadania na simulação parlamentar: o caso do programa “Deputado por um dia” da ALRS. **Revista E-legis**, n.16, p. 79-95, jan./abr. 2015. Disponível em: < <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/217/294>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estágio-Visita**. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao-legislativa-1/educacao-para-a-democracia-1/estagio-visita-curta-duracao/conheca>> Acesso em 20 jun.2016

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento – Cefor. Coordenação de Educação para a Democracia – Coede. **Planejamento Instrucional Estágio-Visita de Curta Duração 2015**. Cefor – Coede, 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento – Cefor. Coordenação de Educação para a Democracia – Coede. **Relatório Estágio-Visita de Curta Duração 2015**. Cefor – Coede, 2015.

CARVALHO, Vânia Nunes de. Escolas do Legislativo e a educação para a democracia. **Revista E-legis**, n.15, p.46-61, set./dez. 2014. Disponível em: < <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/196>>. Acesso em: 6 abr. 2016

COSSON, Rildo. **Escolas do legislativo, escola de democracia**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

_____. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. **Cadernos Adenauer**, XI, n. 3, p. 25-36, 2010.

_____. O Estágio-Visita como Educação para a Democracia: o que ensina aos jovens brasileiros na Câmara dos Deputados? **Cadernos Adenauer**, XVII, n. 1, p. 165-180, 2016.

_____. Letramento político: trilhas abertas em um campo minado. **Revista E-legis**, n.7, p.49-58, 2. Sem. 2011. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/90>>. Acesso em: 8 abr. 2016.
PITKIN, Hanna F. *The concept of representation*. Berkeley: Ed. University of Califórnia, 1967.

DANTAS, Humberto; COSSON, Rildo; ALMEIDA, Rodrigo Estramano de. Educação para a democracia: desafios na prática da formação política de adolescentes. *In*: BERNARDES, Cristiane Brum; SHWARTZ, Fabiano Peruzzo (Org.). **Comunicação, Educação e Democracia no Legislativo Brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015, p.91-111.

JÚNIOR, Alaôr Messias Marques. Educação legislativa: as Escolas do Legislativo e a função educativa do Parlamento. **Revista E-legis**, n.3, p.73-86, 2. Sem. 2009. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2263>>. Acesso em: 20 mai.2016

PITKIN, Hanna Fenichel. **The concept of representation**. Berkeley: Ed.University of Califórnoa, 1967.

ROCHA, Hérycka Sereno Neves da. Educação para a democracia: a Câmara dos Deputados no centro da questão. **Revista E-legis**, n.7, p.49-58, 2. Sem. 2011. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/90>>. Acesso em: 8 abr. 2016

ANEXO A – Programação Estágio-Visita/Octubre 2015

SEGUNDA-FEIRA

Às 7h30	Saída do ônibus da ENAP
De 8h às 8h50	Café da Manhã – Restaurante do Subsolo do Anexo III
De 9h00 às 9h15	Boas-vindas
De 9h15 às 9h40	Informes Cefor
De 9h40 às 11h20	Integração e Levantamento de Expectativas
De 11h20 às 12h40	Aula dialogada: Democracia e o Papel do Parlamento
De 12h40 às 13h40	Almoço – Restaurante do Anexo III
De 13h45 às 14h45	Visita Institucional nas Dependências da Câmara dos Deputados
De 14h45 às 15h15	Foto Oficial do Grupo
De 15h20 às 16h20	Instrumentos de Informação e Pesquisa na Câmara dos Deputados
De 16h20 às 16h40	Intervalo
De 16h40 às 18h40	Aula dialogada: O Processo Legislativo e sua Dinâmica Política
De 18h45 às 19h45	Jantar
Às 19h45	Saída do ônibus para a ENAP – Anexo III

TERÇA-FEIRA

Às 7h30	Saída do ônibus da ENAP
De 8h00 às 8h45	Café da Manhã – Restaurante do Subsolo do Anexo III
De 9h00 às 9h30	Preparação para a Jornada de Aprendizagem
De 9h45 às 11h30	Jornada de Aprendizagem: visita às áreas que influenciam o processo legislativo
De 11h30 às 12h45	Almoço – Restaurante do Anexo III
Às 12h45	Traslado para o Cefor
De 13h às 15h	Conversas Significativas de Compartilhamento
Das 15h às 15h15	Intervalo
De 15h15 às 17h15	Aprofundamento da Jornada com Especialista
Às 17h15	Traslado para o Anexo II
De 17h15 às 18h15	Coffee break – Restaurante do Subsolo do Anexo III
De 18h15 às 19h30	Acompanhamento de Plenário nas Galerias
19h30	Saída do ônibus para a ENAP – Anexo III

QUARTA-FEIRA

Às 7h30	Saída do ônibus da ENAP
De 8h às 8h50	Café da Manhã – Restaurante do Subsolo do Anexo III
9h00 às 11h00	Encontro com Deputados
11h00 às 11h45	Acompanhamento dos Trabalhos das Comissões
De 11h45 às 12h45	Almoço – Restaurante do Anexo III
Às 12h45	Traslado para o STF – saída da Portaria do Anexo II
De 13h15 às 16h30	Visita ao STF

De 17h00 às 18h30 Acompanhamento de Plenário

18h30 às 19h30 Jantar

Às 19h30 Saída do ônibus para a ENAP – Anexo III

QUINTA-FEIRA

Às 7h30 Saída do ônibus da ENAP

De 8h00 às 8h45 Café da Manhã – Restaurante do Subsolo do Anexo III

9h00 às 11h00 Palestra: Educação Fiscal

Traslado para o Anexo II

De 11h15 às 13h Visita livre aos gabinetes

De 13h às 14h Almoço – Restaurante do Anexo III

De 14h15 às 15h45 Palestra: História da Concepção Arquitetônica de Brasília e de seus Edifícios

De 16h às 17h30 Aula dialogada: Reforma Política e Sistemas Eleitorais

De 17h45 às 18h15 Coffee break – Restaurante do Subsolo do Anexo III

De 18h30 às 20h00 Programa #Ocupação

Às 20h15 Saída do ônibus para a ENAP – Anexo III

SEXTA-FEIRA

Às 7h30 Saída do ônibus da ENAP

De 8h às 8h45 Café da Manhã – Restaurante do Subsolo do Anexo III

De 9h00 às 11h30 Simulação do Trabalho das Comissões

De 11h30 às 12h30 Processamento da Simulação

12h30 às 13h00 Encerramento e Avaliação

De 13h00 às 14h00 Almoço – Restaurante do Anexo III

14h00 Saída do ônibus para ENAP- Anexo III

Fonte: Cefor.